



Companhia Celg de Participações -
CELGPAR

CNPJ 08.560.444/0001-93
CAPITAL ABERTO

Demonstrações Financeiras
Consolidadas em IFRS
Exercício Social findo em
31 de dezembro de 2012

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
ATIVO						
CIRCULANTE			REAPRESENTADO	REAPRESENTADO	APRESENTADO	
Caixa e Equivalentes a Caixa	3	1.370	711	45.147	33.728	211.707
Consumidores	4	-	-	6.317	6.972	686.722
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(185)	(103)	(93.807)
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	51.687	50.096	53.980
Devedores diversos	5	-	-	1.952	659	43.887
Transações com Partes Relacionadas	31	-	-	6.708	4.313	-
Serviços em curso	10.2.a	-	-	-	-	51.925
Contas a receber - Estado de Goiás	10.2.c	-	-	-	-	17.055
Créditos Fiscais	10.2.d	-	-	-	-	17.452
Outros créditos	6/10.2.b	18	6	18	180	59.983
Estoques	7	-	-	3.484	3.193	33.598
Despesas antecipadas	-	-	-	135	121	121
Total do ativo circulante		1.388	717	115.263	99.159	1.082.623
NÃO CIRCULANTE						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Consumidores	4	-	-	-	-	284.259
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	8	-	-	218.272	214.343	1.412.426
Fundos Vinculados	-	-	-	1.722	1.614	1.614
Programa Emergencial Redução Consumo Energia Elétrica	-	-	-	-	-	997
Devedores Diversos	5	-	-	-	-	128.193
Contas a Receber - Estado de Goiás	10.2.c	-	-	-	-	556.889
Créditos Fiscais	10.2.d	-	-	-	-	231.499
Outros Créditos	6/10.2.b	-	-	425	93	343.295
Bens e Direitos Destinados à Alienação	9	-	-	286	286	1.528
		-	-	220.705	216.336	2.960.700
INVESTIMENTOS	10	301.905	392.713	2.120	102.922	13.935
IMOBILIZADO	11	16	19	115.351	117.422	203.027
INTANGÍVEL	12	-	-	6.135	6.118	658.257
		301.921	392.732	123.606	226.462	875.219
Total do Ativo não Circulante		301.921	392.732	344.311	442.798	3.835.919
TOTAL DO ATIVO		303.309	393.449	459.574	541.957	4.918.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Níon Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
			REAPRESENTADO		REAPRESENTADO	APRESENTADO
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Fornecedores	15/10.2.e	2	-	775	670	1.429.539
Folha de Pagamento	-	-	-	1.285	438	10.379
Encargos da Dívidas	14	-	-	-	-	159.401
Tributos e Contribuições Sociais	16/10.2.f	102	12	1.991	1.052	652.933
Obrigações Estimadas	17	-	-	1.519	1.295	48.474
Empréstimos e Financiamentos	14	-	-	3.577	3.551	268.112
Taxas Regulamentares	18/10.2.g	-	-	2.419	2.571	1.139.323
Provisão para Desvalorização de Participação Societária	10	1.030.457	1.636.957	1.030.457	1.636.957	-
Credores Diversos	-	-	-	-	-	152.413
Transações com Partes Relacionadas	31	693	661	44.253	46.340	4.392
Outros Credores	20	1.720	-	1.963	214	155.684
Total do Passivo Circulante		1.032.974	1.637.630	1.088.239	1.693.088	4.020.650
NÃO CIRCULANTE						
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	13	1.384.111	112.000	1.384.111	112.000	112.000
Fornecedores	15/10.2.e	-	-	-	-	20.245
Programa Emergencial de Redução Consumo Energia Elétrica	-	-	-	-	-	997
Empréstimos e Financiamentos	14	-	-	41.275	41.325	409.387
Tributos e Contribuições Sociais	16/10.2.f	-	-	-	-	416.922
Obrigações Estimadas	17	-	-	-	-	232.794
Taxas Regulamentares	18/10.2.g	-	-	-	-	582.594
Provisões para Contingências	19	203	84	592	234	373.181
Transações com Partes Relacionadas	31	-	-	53.925	45.939	-
Outros Credores	20	5.160	-	10.571	5.636	9.268
Total do Passivo não Circulante		1.389.474	112.084	1.490.474	205.134	2.157.388
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)						
Capital realizado	21	973.764	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	21	(3.092.903)	(2.330.029)	(3.092.903)	(2.330.029)	(2.267.710)
Participação de Acionistas Não Controladores	21	(2.119.139)	(1.356.265)	(2.119.139)	(1.356.265)	(1.293.946)
		-	-	-	-	34.450
		(2.119.139)	(1.356.265)	(2.119.139)	(1.356.265)	(1.259.496)
TOTAL DO PASSIVO		303.309	393.449	459.574	541.957	4.918.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

NE	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011	01/01/2011 - 31/12/2011
			REAPRESENTADO	APRESENTADO	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	-	-	71.208	64.958
CUSTO OPERACIONAL	24	-	-	-	2.211.465
Energia comprada para revenda	23	-	-	-	(1.080.605)
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	-	-	(175.247)
Pessoal e Administradores	-	-	(10.416)	(7.391)	(150.424)
Entidade de Previdência Privada	-	-	(199)	(202)	(2.662)
Materiais	-	-	(171)	(418)	(3.674)
Serviços de terceiros	-	-	(4.277)	(3.818)	(268.637)
Depreciação	-	-	(4.977)	(19.961)	(114.026)
Amortização do Ativo Financeiro - Concessões	-	-	(13.406)	-	-
Provisão/reversão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(82)	146	(40.463)
Taxa de fiscalização	-	-	(283)	(265)	(5.259)
Recuperação de Despesas	-	-	-	-	7.975
Tributos	-	-	(33)	(49)	(1.081)
Custo da Construção	-	-	(10.094)	(7.670)	(142.062)
Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	(525)	(554)	(554)
Outros	-	-	(1.011)	(1.274)	(16.148)
	-	-	(45.474)	(41.456)	(1.992.867)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-	-	25.734	23.502	218.598
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	24	(1.518)	(1.272)	(11.558)	(10.206)
	-	(1.518)	(1.272)	(11.558)	(10.206)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(1.518)	(1.272)	14.176	13.296
OUTRAS RECEITAS		1.720	-	1.720	-
(-) Deduções a outras receitas		-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS LÍQUIDAS		1.720	-	1.720	-
OUTRAS DESPESAS		(798.060)	(660.687)	(798.060)	(660.687)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/FINANCEIRAS LÍQUIDAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(797.858)	(661.959)	(782.164)	(647.391)
RECEITAS FINANCEIRAS	28	8	13	3.392	2.728
Rendas	-	-	-	160	606
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-	15	513
Outras	-	-	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS	28	8	13	3.567	3.847
Encargos de dívida	-	(11)	(524)	(11.841)	(12.473)
Variações Monetárias e Cambiais	-	(6)	(66)	(5.394)	(4.575)
Outras	-	-	-	(909)	(1.311)
	-	(17)	(590)	(18.144)	(18.359)
RESULTADO FINANCEIRO	28	(9)	(577)	(14.577)	(14.512)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		592	250	-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(797.275)	(662.286)	(796.741)	(661.903)
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA		(49)	-	(583)	(383)
Contribuição Social		(18)	-	(211)	(239)
Imposto de Renda		(31)	-	(372)	(144)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(797.324)	(662.286)	(797.324)	(662.286)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(797.324)	(662.286)	(797.324)	(662.286)
RESULTADO POR AÇÃO	29				
Resultado por ação ordinária - básico		(24.328)	(20.208)	(24.328)	(20.208)
Resultado por ação ordinária - diluído		(24.328)	(20.208)	(24.328)	(20.208)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico		(24.328)	(20.208)	(24.328)	(20.208)
Resultado por ação ordinária - diluído		(24.328)	(20.208)	(24.328)	(20.208)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Énio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011
PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	(797.324)	(662.286)	(797.324)	(662.286)
Outros Resultados Abrangentes	(27.869)	-	(27.869)	-
Ajuste de Exercício Anterior - Subsidiária Celg D	(62.319)	-	(62.319)	-
Aumento Valor Patrimonial do Investimento Subsidiária Celg D	34.450	-	34.450	-
Resultado Abrangente Consolidado do Exercício	(825.193)	(662.286)	(825.193)	(662.286)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 NÃO CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS	
	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011
PREJUÍZO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	(797.324)	(662.286)	(797.324)	(662.286)
Outros Resultados Abrangentes	34.450	(62.319)	34.450	(62.319)
Ajuste de Exercício Anterior - Subsidiária Celg D	-	(62.319)	-	(62.319)
Aumento Valor Patrimonial do Investimento Subsidiária Celg D	34.450	-	34.450	-
Resultado Abrangente Consolidado do Exercício	(762.874)	(724.605)	(762.874)	(724.605)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - INDIVIDUAL

(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2010	973.764	(1.605.424)	(631.660)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(662.286)	(662.286)
Ajuste de Exercício Anterior	-	(62.319)	(62.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	973.764	(2.330.029)	(1.356.265)
	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	973.764	(2.330.029)	(1.356.265)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(797.324)	(797.324)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	34.450	34.450
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	(2.119.139)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - CONSOLIDADA
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2010	973.764	(1.605.424)	(631.660)	34.450	(597.210)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(662.286)	(662.286)	-	(662.286)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	973.764	(2.267.710)	(1.293.946)	34.450	(1.259.496)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	973.764	(2.267.710)	(1.293.946)	34.450	(1.259.496)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(797.324)	(797.324)	-	(797.324)
Resultado Abrangente - Ajuste de Exercício Anterior - Subsidiária Celg D	-	(62.319)	(62.319)	-	(62.319)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	34.450	34.450	(34.450)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	(2.119.139)	-	(2.119.139)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - CONSOLIDADA
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 NÃO CONSOLIDADOS COM A SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG D
(Valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2010	973.764	(1.605.424)	(631.660)	34.450	(597.210)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(662.286)	(662.286)	-	(662.286)
Ajuste de Exercício Anterior	-	(62.319)	(62.319)	-	(62.319)
Outras Mutações do Patrimônio Líquido - Reapresentado	-	-	-	(34.450)	(34.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	973.764	(2.330.029)	(1.356.265)	-	(1.356.265)
Saldos em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	973.764	(2.330.029)	(1.356.265)	-	(1.356.265)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(797.324)	(797.324)	-	(797.324)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício	-	34.450	34.450	-	34.450
Saldos em 31 de dezembro de 2012	973.764	(3.092.903)	(2.119.139)	-	(2.119.139)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Morais
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
				REAPRESENTADO	APRESENTADO
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de Clientes	-	-	77.150	76.540	3.665.410
Recebimento Governo do Estado de Goiás	-	-	-	-	1.600.000
Pagamentos:					
- Fornecedores	(810)	(1.133)	(6.124)	(9.488)	(2.068.795)
- Salários e Encargos	(490)	(420)	(19.684)	(14.098)	(280.630)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(20)	(36)	(2.735)	(1.059)	(950.057)
- Tributos	(53)	(57)	(18.673)	(19.509)	(1.457.725)
Resultado Financeiro	-	12	2.221	1.528	18.959
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(1.373)	(1.634)	32.155	33.914	527.162
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
- Caixa Usado no Imobilizado e Investimentos	-	-	(18.974)	(15.679)	(108.959)
- Integralização de Capital em Controlada e Subsidiária	(1.278.711)	-	(1.270.111)	-	-
- Créditos e Dívidas com Pessoas Ligadas	32	(6.505)	-	-	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	401	140	140
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	(100.000)	-	(100.000)	-
- Outros	-	-	(180)	-	-
	(1.278.679)	(106.505)	(1.288.864)	(115.539)	(108.819)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
- Outros Resultados Líquidos	8.600	-	8.600	-	(2.758)
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.272.111	108.725	1.272.111	108.725	108.725
- Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	2.527	6.628	96.628
- Pagamento de Dividendos	-	-	(418)	-	-
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(14.692)	(12.971)	(519.804)
	1.280.711	108.725	1.268.128	102.382	(317.209)
CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	659	586	11.419	20.757	101.134
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	711	125	33.728	12.971	110.573
Saldo final de Caixa e Equivalentes	1.370	711	45.147	33.728	211.707
	659	586	11.419	20.757	101.134

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.498/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
CNPJ Nº 08.560.444/0001-93 - CAPITAL ABERTO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

REF.	CONTROLADORA - BR GAAP		CONSOLIDADO - IFRS		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
1				REAPRESENTADO	APRESENTADO
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	-	-	87.593	82.908	3.770.101
Receitas relativas transf. Contas patrimoniais	-	-	-	-	31.964
Provisões/Reversões-Créditos Liq. Duvidosa	-	-	(82)	146	(40.463)
Outros Resultados	(796.340)	(660.687)	(796.340)	(660.687)	(20.226)
	(796.340)	(660.687)	(708.829)	(577.633)	3.741.376
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
2					
Custo da Energia Elétrica Comprada	-	-	-	-	1.255.852
Serviços de Terceiros	665	993	5.939	5.652	334.835
Materiais	-	3	272	470	8.567
Outros Custos Operacionais	84	59	12.060	9.916	174.572
	749	1.055	18.271	16.038	1.773.826
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	(797.089)	(661.742)	(727.100)	(593.671)	1.967.550
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO					
4					
Provisões Operacionais	148	(289)	390	(289)	45.952
Depreciação, amortização e exaustão	3	3	18.460	20.031	124.518
	151	(286)	18.850	19.742	170.470
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)	(797.240)	(661.456)	(745.950)	(613.413)	1.797.080
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
6					
Receitas Financeiras	8	13	3.567	3.847	575.401
Resultado da Equivalência Patrimonial	592	250	-	-	-
	600	263	3.567	3.847	575.401
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	(796.640)	(661.193)	(742.383)	(609.566)	2.372.481
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
PESSOAL	533	426	19.510	14.959	325.038
GOVERNO	134	77	17.287	19.402	1.699.026
FINANCIADORES	17	590	18.144	18.359	1.010.703
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(797.324)	(662.286)	(797.324)	(662.286)	(662.286)
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)	(796.640)	(661.193)	(742.383)	(609.566)	2.372.481

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albernaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 082.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31
DE DEZEMBRO DE 2011
(em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 – Contexto operacional da Controladora

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participações societárias nas seguintes sociedades:

<u>CONTROLADA</u>	<u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT</u>	<u>100 %</u>
 <u>SUBSIDIÁRIA INTEGRAL</u>	 <u>% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA</u>
<u>CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D</u>	<u>100 %</u>

1.2 - CONTEXTO OPERACIONAL DA SUBSIDIÁRIA INTEGRAL CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D

A Subsidiária CELG Distribuição S.A. - CELG D, sociedade de capital fechado, é concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Com a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo do Estado de Goiás, as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e a Celgpar, acordo este assinado em 24 de abril de 2012, verificou-se, tomando por base os pressupostos do CPC 36-R2 (Demonstrações Consolidadas – IAS 27), que a Eletrobras passou a deter a preponderância e controle sobre as deliberações sociais da Celg D, incluindo a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Subsidiária, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria de Regulação, Diretoria Administrativa e Diretoria de Operação (Ver Nota Explicativa nº. 33-a - Eventos Subseqüentes e Nota Explicativa nº. 2.III.a-2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis – Procedimentos de Consolidação).

Seus principais objetivos sociais são as atividades de execução dos empreendimentos constantes do Plano de Eletrificação do Estado de Goiás e a realização de estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão e subestações inferiores a 230 KV, e redes de distribuição de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades.

A Subsidiária detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 237 municípios, 391 distritos e povoados no Estado de Goiás, com 2.506.742 clientes, abrangendo uma área de concessão de 336.871 km², regulada pelo Contrato de Concessão nº. 63 de 25 de agosto de 2000, celebrado entre a ANEEL, a Subsidiária e o acionista majoritário, o qual permanece com seu termo de vigência até 7 de julho de 2015, podendo ser prorrogado por um período de mais 20 anos (Ver Nota Explicativa nº. 33-b - Eventos Subsequentes)

A ANEEL editou em 04 de setembro de 2012 a Resolução Homologatória nº. 1.342, a qual publicou o resultado do reajuste anual das tarifas da Controlada, informando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica ficam reajustadas em média 11,94% (onze vírgula noventa e quatro por cento). O Despacho Autorizativo nº. 2.153, de 29 de junho de 2012, da Superintendência de Regulação Econômica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, explicita que a Subsidiária Celg D encontra-se adimplente com suas obrigações intrassetoriais desde o dia 29 de junho de 2012, tendo sido autorizado a aplicação deste reajuste tarifário.

1.3 - CONTEXTO OPERACIONAL DA CONTROLADA CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGPAR, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT possui 03 usinas, todas hidrelétricas, linhas e subestações de transmissão pertencentes a rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. Estas concessões são as seguintes:

Geração	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:						
Rochedo	Rio Meia Ponte	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	4,000	4,000
São Domingos ¹	Rio São Domingos	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mosquito	Rio Mosquito	62/2000	17/08/1999	07/07/2015	0,360	0,360
					<u>16,360</u>	<u>16,360</u>

¹ - Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da Celg GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, bem como na esfera judicial.

Transmissão	Localidade	Contrato	Data concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA)
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	1.989

¹ - Ver Nota Explicativa nº. 33.c - Eventos Subseqüentes - Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Em atendimento ao item 6 da ICPC 17 – Contratos de Concessão: Evidenciação, as divulgações significativas dos contratos de concessão de Geração e Transmissão de Energia Elétrica encontram-se relacionadas na Nota Explicativa 33-c – Eventos Subseqüentes, incluindo os efeitos advindos do Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, que regulamentou a MP nº. 579/2012.

Evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ICPC 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1) Não exercido para as Usinas de Rochedo e Mosquito; 2) Exercido para a Usina de São Domingos.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais Permitidas – RAPs desta atividade.
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- I. As demonstrações financeiras da Controladora, de sua Controlada e Subsidiária Integral são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* - e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.
- II. A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 dezembro de 2012. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de maneira

consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

III. As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora, sua Controlada e Subsidiária Integral são as seguintes:

a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das demonstrações financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGPAR e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pelo CPC 36-R2 (Demonstrações Consolidadas – IAS 27).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir da demonstração financeira individual da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresas coligadas e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada e subsidiária são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na subsidiária Celg D permaneceu ajustado pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária não foram consolidados com a Celgpar nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária encontram-se devidamente consolidados nas datas base de 31 de dezembro de 2011, por se tratarem de posições anteriores ao acordo de acionistas de 24 de abril de 2012, firmados entre a Eletrobras, Estado de Goiás e Celgpar. (Ver Nota Explicativa nº. 1.2).

Para melhor atendimento aos critérios contábeis de comparabilidade entre dois períodos distintos, serão também apresentados os saldos patrimoniais e de resultado da subsidiária Celg D em posição não consolidada na data base de 31 de dezembro de 2011, ou seja, serão apresentadas Notas Explicativas em 3 (três) colunas, permitindo a comparação das seguintes posições: 31 de dezembro de 2012 não consolidada com a Celg D comparativamente às posições de 31 de dezembro de 2011 consolidando-se a Celg D, anteriormente apresentada à CVM – chamada nas Notas Explicativas de

posição “APRESENTADA”, e não se consolidando a Celg D – chamada nas Notas Explicativas de posição “REAPRESENTADA”.

- a.3. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controlada Celg GT e de sua controlada em conjunto, consolidada proporcionalmente a partir da data em que o controle compartilhado se iniciou.

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora, sua Controlada e sua subsidiária consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das demonstrações financeiras.

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício social.

d. Contas a Receber - Estado de Goiás

Os créditos a receber relativos a obras realizadas por ordem do Poder Executivo foram consolidados no exercício de 2003 e atualizados monetariamente em função de formalização do correspondente acordo com o Estado de Goiás. Em dezembro de 2005, os valores foram novamente consolidados.

e. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada e Subsidiária. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.

f. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

g. Baixa Renda

Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002.

h. Ativo Financeiro – Bens da Concessão - Ver Notas Explicativas nº. 33-b e 33-c.

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada no ativo financeiro com bens da concessão da distribuição, alocada na Subsidiária Celg D, é remunerada por meio do WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) regulatório, que consiste na remuneração do investimento, remuneração esta cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

O valor justo do ativo financeiro de distribuição será revisado trimestralmente, considerando a atualização pelo IGPM. Eventuais diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajustes de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Subsidiária Celg D, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para setembro de 2013), o ativo financeiro poderá ser reconhecido ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

Na Controlada Celg GT foi estimado o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor, sendo os efeitos de quaisquer mudanças posteriores tratados de forma prospectiva em suas demonstrações financeiras.

i. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e CPC 18-R1 (Investimento em Coligada e em Controlada – IAS 28).

Conforme disposto no CPC 43-R1 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40), as demonstrações financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente

não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes às normas internacionais de contabilidade.

Trata-se de exceção de caráter obrigatório/legal que diz respeito às demonstrações financeiras individuais de entidade que tenha investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, critério este adotado pela Controladora. Verifica-se que o IASB não reconhece este tipo de demonstração, exigindo que, no caso da existência de controlada, a entidade elabore e divulgue, no lugar das demonstrações financeiras individuais, demonstrações consolidadas. O IASB admite as demonstrações individuais da investidora desde que o investimento seja avaliado pelo valor justo ou mesmo pelo custo, atribuindo a estas demonstrações o nome de demonstrações separadas, tornando-as diferentes das demonstrações individuais. Apesar disto a legislação societária brasileira exige a apresentação das demonstrações individuais e o próprio CPC as reconhece em seus pronunciamentos.

Por tudo isto, a controladora apresentará suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita no CPC 43-R1 (Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40), não sendo feita a apresentação das demonstrações financeiras separadas.

j. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar, controlada e subsidiária, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

k. Intangível - Ver Nota Explicativa nº. 33-b - Eventos Subsequentes

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições do CPC 04-R1 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por impairment, quando aplicável.

A subsidiária Celg D entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excedem o seu valor recuperável. Tal aspecto está embasado pela metodologia de avaliação da Base Remuneratória Regulatória – BRR utilizada para cálculo da amortização, a qual é totalmente recuperada.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício social.

m. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar, controlada e subsidiária. Neste sentido e por conta das orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

n. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de dezembro de 2012 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

o. Benefícios a Empregados

A Companhia, sua Controlada e Subsidiária são patrocinadoras da Fundação ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados. Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 600/2009.

p. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar, Controlada e Subsidiária, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17-R1 – Contratos de Construção e CPC 30-R1 – Receitas, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, sendo calculada em bases estimativas até a data do balanço.

O ativo financeiro indenizável é remunerado pela incidência do custo médio ponderado de capital regulatório (WACC regulatório) de 7,50% após os impostos, sendo esta receita incluída na receita operacional. Prospectivamente à adoção inicial da ICPC 01, a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo intangível em formação (direito de uso da concessão) é o reconhecimento da receita de construção, considerando a proporção do trabalho executado até a data das demonstrações financeiras, com apuração de margem de lucro zero na subsidiária Celg D. As despesas operacionais são reconhecidas pelo regime de competência.

q. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar, controlada e subsidiária revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Receita de fornecimento de energia e de uso da rede de distribuição não faturada e as respectivas contas a receber;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;

- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

r. PIS e COFINS

Na subsidiária Celg D o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

s. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do exercício social.

t. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

u. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia, de sua controlada e de sua subsidiária são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de sua controlada e de sua subsidiária.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais. O saldo em 31 de dezembro de 2012 corresponde às aplicações nos bancos Bradesco, Itaú, e Caixa Econômica Federal, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, efetuadas pela Controladora e sua Controlada, conforme abaixo representado:

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Caixa e depósitos bancários à vista	9	16	1.396	1.945	46.059
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				REAPRESENTADO	APRESENTADO
- Aplicações - resgate automático	1.361	695	1.361	695	695
- Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	-	42.390	31.088	39.081
- Fundos de Investimento	-	-	-	-	125.872
TOTAL (a)	1.370	711	45.147	33.728	211.707

(a) O saldo consolidado de Caixa e Equivalentes de Caixa, do exercício social encerrado em 31/12/2011, não contém o saldo final referente à Celg Distribuição S.A. - Celg D, subsidiária da Celgpar retirada do processo de consolidação nessas demonstrações financeiras, cujo controle sobre as deliberações sociais passou a ser exercido pela Eletrobras após a assinatura do acordo de acionistas e de gestão em 24 de abril de 2012.

NOTA 4 – CONSUMIDORES

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011 REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	31/12/2011 APRESENTADO
<u>CIRCULANTE</u>			
Consumidores			
- Faturados	-	-	410.698
- Não Faturados	-	-	83.947
- Acréscimos Moratórios	-	-	34.909
- Efeitos do Regime Especial de Tarifação	-	-	(54)
- Encargos Capacidade Emergencial	-	-	3
- Parcelamentos	-	-	132.981
- Contribuição Iluminação Pública - CIP	-	-	12.103
- Outros Créditos	-	-	6.001
Total	-	-	680.588
Concessionárias			
- Suprimento	2.239	3.040	3.758
- Transmissão de Energia Elétrica	4.065	3.884	-
- Variação e Acréscimos Moratórios	-	-	438
Total	6.304	6.924	4.196
Comercialização no âmbito do CCEE			
- Energia Curto Prazo	-	-	1.890
Total	-	-	1.890
Outras Rendas			
- Outras Rendas	13	48	48
Total	13	48	48
TOTAL CIRCULANTE	6.317	6.972	686.722
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Consumidores			
- Prefeituras	-	-	284.259
Total	-	-	284.259
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	284.259
TOTAL CONSUMIDORES	6.317	6.972	970.981

Composição do Contas a Receber:

CONSOLIDADO						
31/12/2012						
CONSUMIDORES	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2012	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2012	SALDO 31/12/2012
Concessionárias						
Suprimento	2.239	-	-	2.239	-	2.239
Transmissão de Energia Elétrica	4.065	-	-	4.065	-	4.065
Outras Rendas	13	-	-	13	-	13
Variação/Acrésc. Moratórios	-	-	-	-	185	(185)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.317	-	-	6.317	185	6.132
TOTAL DO CIRCULANTE	6.317	-	-	6.317	185	6.132
TOTAL CONSUMIDORES	6.317	-	-	6.317	185	6.132

CONSOLIDADO						
31/12/2011						
CONSUMIDORES	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2011	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2011	SALDO 31/12/2011
	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO	REAPRESENTADO RECLASSIFICADO
Concessionárias						
Suprimento	3.040	-	-	3.040	-	3.040
Transmissão de Energia Elétrica	3.884	-	-	3.884	-	3.884
Outras Rendas	48	-	-	48	-	48
Variação/Acrésc. Moratórios	-	-	-	-	103	(103)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.972	-	-	6.972	103	6.869
TOTAL DO CIRCULANTE	6.972	-	-	6.972	103	6.869
TOTAL CONSUMIDORES	6.972	-	-	6.972	103	6.869

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2011					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2011	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID.	SALDO 31/12/2011
	APRESENTADO	APRESENTADO	APRESENTADO	APRESENTADO	APRESENTADO	APRESENTADO
Residencial	79.089	42.739	13.903	135.731	16.966	118.765
Industrial	42.926	8.304	16.342	67.572	3.508	64.064
Com./ Serv./ Outras Atividades	39.070	15.073	14.182	68.325	10.037	58.288
Rural	12.343	9.165	6.514	28.022	1.034	26.988
Poderes Públicos						
- Federal	3.310	126	200	3.636	-	3.636
- Estadual	5.838	4.378	23.700	33.916	-	33.916
- Municipal	6.181	3.486	20.998	30.665	170	30.495
Iluminação Pública	10.527	1.649	14.254	26.430	1.303	25.127
Serviço Público	14.134	637	1.630	16.401	-	16.401
SUB TOTAL	213.418	85.557	111.723	410.698	33.018	377.680
Não Faturado	83.947	-	-	83.947	-	83.947
Variação/Acréc. Moratórios	34.909	-	-	34.909	-	34.909
Efeitos Reg. Esp. Tarifação	(54)	-	-	(54)	-	(54)
Encargo Cap. Emergencial	3	-	-	3	3	-
Parcelamentos	114.398	2.177	16.406	132.981	35.392	97.589
Contr. Iluminação Pública	6.286	3.709	2.108	12.103	-	12.103
Outros Créditos	6.001	-	-	6.001	25.291	(19.290)
SUB TOTAL	245.490	5.886	18.514	269.890	60.686	209.204
TOTAL CONSUMIDORES	458.908	91.443	130.237	680.588	93.704	586.884
Concessionárias						
Suprimento	3.478	-	-	3.478	-	3.478
Energia Curto Prazo	1.890	-	-	1.890	-	1.890
Outras Rendas	48	-	-	48	-	48
Variação/Acréc. Moratórios	718	-	-	718	103	615
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	6.134	-	-	6.134	103	6.031
TOTAL DO CIRCULANTE	465.042	91.443	130.237	686.722	93.807	592.915
Parcelamento-Poder Público	-	-	284.259	284.259	-	284.259
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	-	-	284.259	284.259	-	284.259
TOTAL CONSUMIDORES	465.042	91.443	414.496	970.981	93.807	877.174

a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por ela. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por este órgão, os valores são estimados pela Controlada.

b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2011 - Reapresentado	103
Provisão no exercício	82
Saldo em 31 de dezembro de 2012	185

c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

NOTA 5 - DEVEDORES DIVERSOS

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
		REAPRESENTADO	APRESENTADO	
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS				
IRRF Art.34 da Lei nº 10.833	1.023	406	2.060	-
COFINS Art. 34 da Lei nº 10.833	336	162	1.129	-
CSLL Art.34 da Lei nº 10.833	112	54	376	-
PIS/PASEP - Parecer Cosit nº 27	73	35	35	-
PIS/PASEP Art. 34 da Lei nº 10.833	-	-	210	-
IRRF S/Aplicações Financeiras	-	-	387	-
ICMS Lei Complementar nº 102	-	-	-	86.211
ICMS Faturas Canceladas	-	-	-	41.912
SUB-TOTAL	1.544	657	4.197	128.123
Fornecedores	-	-	337	-
Empregados	-	-	670	-
Eletrobras	-	-	22.593	-
Outros	408	2	16.090	70
SUB-TOTAL	408	2	39.690	70
TOTAL GERAL	1.952	659	43.887	128.193

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO					
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
					REAPRESENTADO	APRESENTADO		
Consumidor Baixa Renda	-	-	-	-	-	-	-	331.114
Alienação de Bens e Direitos	-	-	-	-	-	-	7.973	-
Cauções e Depósitos	-	6	-	309	52	-	37.352	-
Eletrobras	-	-	-	-	-	-	1.290	-
Funcionários a Disposição	-	-	-	-	-	-	1.756	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	4.798	12.181
Outros - inclui AFAC Energética Corumbá III	18	-	18	116	107	93	6.793	-
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	21	-	21	-
TOTAL	18	6	18	425	180	93	59.983	343.295

NOTA 7 – ESTOQUES

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Estoques	3.484	3.193	33.598
TOTAL	3.484	3.193	33.598

NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – BENS DA CONCESSÃO - VER NOTAS EXPLICATIVAS Nº. 33-B E 33-C

Os bens utilizados na execução dos serviços objeto da concessão de distribuição de energia elétrica, na subsidiária Celg D, e aos relacionados aos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 e Pronunciamento Técnico OCPC 05 – Contratos de Concessão. Os referidos valores são classificados como disponíveis para venda em razão da garantia contratual de indenização ao final da concessão.

ATIVO FINANCEIRO BENS DA CONCESSÃO	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
<u>CIRCULANTE</u>		RECLASSIFICADO	
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão Transmissão	51.687	50.096	53.980
TOTAL CIRCULANTE	51.687	50.096	53.980
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão de Distribuição	-	-	1.198.083
- Ativo Financeiro - Bens da Concessão de Transmissão	218.272	214.343	214.343
TOTAL NÃO CIRCULANTE	218.272	214.343	1.412.426
TOTAL GERAL	269.959	264.439	1.466.406

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO - BENS DA CONCESSÃO:

Descrição	CONSOLIDADO			
	31/12/2011	Adições	Amortização	31/12/2012
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	264.748	18.926	(13.406)	270.268
Obrigações especiais	(309)	-	-	(309)
Total	264.439	18.926	(13.406)	269.959

RECLASSIFICAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO - BENS DA CONCESSÃO:

	Consolidado		RECLASSIFICAÇÃO	Consolidado	
	31/12/2011	APRESENTADO		31/12/2011	RECLASSIFICADO
Contas a Receber - Circulante	3.088		3.884	6.972	
Ativo financeiro - Bens da concessão	268.323			264.439	
Circulante (a)	53.980		(3.884)	50.096	
Não circulante	214.343			214.343	
	268.323			264.439	

(a) Refere-se a reclassificação de valores referentes aos encargos de transmissão de energia elétrica e outras rendas.

NOTA 9 – BENS E DIREITOS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE REAPRESENTADO	NÃO CIRCULANTE APRESENTADO
Bens e Direitos Destinados a Alienação	286	286	-
Terrenos e Edificações-Vila Operária de Cachoeira Dourada GO	-	-	1.525
Terreno - Cidade de Inhumas GO	-	-	3
TOTAL	286	286	1.528

NOTA 10 - INVESTIMENTOS - VER NOTA EXPLICATIVA Nº. 2.i

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
				REAPRESENTADO	APRESENTADO
Participações em Controladas (a)	301.905	292.713	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	-	100.000	-	100.000	-
Outros Investimentos	-	-	-	-	49
Centro de Recreação e Lazer dos Empregados	-	-	-	-	2.889
Terrenos (b)	-	-	-	-	5.761
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	682
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	1.632
Participações Societárias Permanentes (d)	-	-	9	8	8
Energética Corumbá III S/A - ECIII	-	-	1.895	2.698	2.698
Energética Fazenda Velha (c)	-	-	216	216	216
TOTAL	301.905	392.713	2.120	102.922	13.935

- (a) Em atendimento aos preceitos da Lei 11.941/2009 e CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/2007, a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT reclassificou para o Grupo de Investimentos, o Ativo Diferido referente a parte do custo financeiro da Energética Corumbá III, concernente ao atraso de aportes no Consórcio Empreendedor Corumbá III, regulado pela Ata da 10ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Energética Corumbá III.
- (b) Tratam-se dos seguintes imóveis da Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D: 1) Imóvel na Cidade de Goiânia-GO, no valor de R\$ 3.050 mil, retomado por ação de rescisão contratual cominada com reintegração de posse com pedido de tutela antecipada em face do Clube Jaó; 2) Terreno na Cidade de São Carlos-SP, no valor de R\$ 1.104 mil, recebido em dação de pagamento de contas de energia elétrica da Unidade Consumidora Shopping Bougainville em Goiânia-GO; e 3) Outros terrenos no valor de R\$ 1.607 mil; todos registrados ao custo de aquisição líquido de provisão para perdas quando aplicável.
- (c) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha;
- (d) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB CREDCELG).

10.1 Investimentos em Controlada e Subsidiária

As principais informações sobre os investimentos em Controlada e Subsidiária são apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGP PAR NA			
	CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. CELG D		CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	REAPRESENTADO			
Capital Social da Controlada	524.869	390.419	321.125	321.125
Quantidade de Ações	44.069	32.780	321.125	321.125
% da Participação Societária	100%	100%	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada	(1.030.457)	(1.440.188)	301.905	292.713
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	(1.440.188)	(879.501)	292.713	292.463
Aumento em Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	100.000	-	-
Aumento de Capital	1.270.110	-	8.600	-
Resultado da Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas	(798.060)	(660.687)	-	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	592	250
Ajustes de Exercício Anterior (a)	(62.319)	(62.319)	-	-
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	(134.450)	-	-
Valor Patrimonial do Investimento	-	-	301.905	292.713
Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas (b)	(1.030.457)	(1.636.957)	-	-

(a) No ano de 2009, visando reduzir o custo com pessoal próprio, a Subsidiária Celg D aprovou um Plano de Demissão Voluntária - PDV, no qual garantiu algumas vantagens financeiras aos empregados que aderissem ao referido programa. Neste contexto, os custos efetivamente realizados até o encerramento do exercício de 2011 foram registrados em desacordo com o CPC 33 (Benefícios a Empregados), o que motivou, nesta subsidiária, o registro em 2012 do montante de R\$ 62.319 mil como Ajustes de Exercício Anterior. Este montante foi levado, pela equivalência patrimonial, ao valor patrimonial do investimento da Celgpar nessa subsidiária, tendo sido reapresentado o balanço consolidado da Celgpar em 31/12/2011 em decorrência deste ajuste de exercício anterior, visto esta subsidiária ter sido excluída do processo de consolidação em 31 de dezembro de 2012 (Ver Nota Explicativa nº. 1.2);

(b) Ao valor patrimonial do investimento foi deduzida a provisão para Desvalorização das Participações Societárias, apresentada em conta específica do Passivo Circulante, conforme Art.12, parágrafo 1º da Instrução CVM nº. 247, de 27 de março de 1996. O saldo desta conta (evidenciado no quadro abaixo) é composto, em 31 de dezembro de 2012, pela Provisão para Desvalorização da Participação Societária na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D, no total de R\$ 1.030.457 mil.

10.1.a - Investimentos em Subsidiária com Patrimônio Líquido Negativo (Passivo a Descoberto):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
	REAPRESENTADO			REAPRESENTADO	APRESENTADO
Provisão para Desvalorização das Participações em Controladas	1.030.457	1.636.957	1.030.457	1.636.957	-
TOTAL	1.030.457	1.636.957	1.030.457	1.636.957	-

10.2 Investimento na Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D

Em função da exclusão da posição patrimonial e de resultado da Subsidiária Celg D do montante consolidado na posição de 31 de dezembro de 2012, evidenciam-se abaixo os principais fatores e assuntos que podem afetar o valor patrimonial do investimento efetuado nessa subsidiária.

10.2.a – Serviços em Curso

Os serviços prestados a terceiros basicamente são decorrentes dos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, conforme Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000.

10.2.b – Outros Créditos – Créditos de Consumidores de Baixa Renda

Por meio da Lei nº. 10.438/2002, o Governo Federal ampliou a faixa de consumo da classe de consumidores Baixa Renda e conseqüentemente reduziu a receita das distribuidoras. Visando recompor o equilíbrio econômico-financeiro das mesmas, foi editada a Lei nº. 10.604 normatizando a subvenção de igual valor via Eletrobrás.

A Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002, que regula a aplicação do benefício automaticamente com base no consumo medido até 79 kWh, a de nº 485, de 29 de agosto de 2002, que estabelece os critérios para a concessão do benefício de baixa renda a consumidores com média de consumo entre 80 e 220 kWh, desde que o portador de Número de Inscrição Social do Governo Federal – NIS; e a nº 89, de 25 de outubro de 2004, que estabelece a metodologia para cálculo da subvenção econômica a ser concedida à concessionária.

O resultado da citada fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390, encaminhado à Subsidiária Celg D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A Subsidiária encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade.

Em resposta à manifestação da Subsidiária, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Controlada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela Aneel.

A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Subsidiária Integral Celg D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da Celgpar e Celg D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras.

10.2.c – Créditos com o Estado de Goiás

O montante dos créditos da Subsidiária Celg D com o Estado de Goiás corresponde aos seguintes elementos:

- (a) Lei nº. 13.062/97 de 9 de maio de 1997.

Refere-se a valores não repassados pelo Governo Estadual à Subsidiária, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão desta no exercício social de 2006.

(b) Parcelamento.

Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº. 528 de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007.

O saldo devedor desse Termo foi atualizado monetariamente pela variação do IGPM e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês.

O valor de R\$ 1.600.000 mil foi pago à Subsidiária pelo Estado de Goiás, mediante a utilização de parte dos recursos da 1ª tranche do empréstimo obtido pelo mesmo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, liberada em 29 de dezembro de 2011.

Este empréstimo faz parte das negociações em andamento entre o Estado de Goiás e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, definidas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011 e, por sua vez, referendadas no acordo de acionistas assinado em 24 de abril de 2012.

10.2.d – Créditos Fiscais

A Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D mantém ativados créditos tributários relativos à base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e diferenças intertemporais. Esses valores são ativados levando-se em consideração a garantia de sua realização, uma vez que existem obrigações fiscais de mesma natureza (Ver Nota 16 - Tributos e Contribuições Sociais).

10.2.e – Contratos com Fornecedores

As principais informações acerca dos contratos com fornecedores da subsidiária Celg D encontram-se abaixo discriminadas:

- (a) FURNAS: Refere-se ao suprimento mensal e ao instrumento particular de confissão de dívida assinado em 12 de dezembro de 2003 pela Celg D, relativo a débitos de energia própria e saldo do instrumento particular de novação e confissão de dívida assinado em 8 de janeiro de 2000. A dívida foi negociada em 216 meses. O saldo da dívida é atualizado “pro rata die” da variação acumulada do IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros de 1% ao mês, “pro rata die”.
- (b) ELETROBRAS/ITAIPU: Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado entre a Celg D e a Eletrobras/Itaipu, bem como ao Termo de Confissão e Repactuação de dívidas celebradas entre essa subsidiária e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. Sendo a primeira parcela vincenda em 31 de janeiro de 2013, com recursos da 3ª tranche do empréstimo do Governo do Estado de Goiás e a Caixa. O saldo devedor, após a amortização da primeira parcela, será pago em 60 parcelas mensais vencíveis em 30 de junho de 2014 e a última em 30 de maio de 2019;
- (c) Centrais Elétricas de Cachoeira Dourada (CDSA): Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica e dois termos de acordo firmados entre a Celg D e a CDSA. Em 29 de dezembro de 2011 foi assinado um novo termo, denominado PRGE 077/2012, onde o saldo da dívida será atualizado pela variação da taxa Selic, acrescido de juros de 2% ao ano ou fração, a partir da data da assinatura até a data do seu efetivo pagamento;
- (d) CHESF, CESP e ELETRONORTE: Refere-se aos contratos de suprimento de energia elétrica firmados pela Celg D com a CHESF, CESP e ELETRONORTE, e ao Termo de Acordo e

parcelamento assinado entre a Controlada e a CESP, cujo montante será atualizado “pro rata die” pela variação da SELIC, acrescido de juros de 1% a.a;

- (e) A quitação parcial das obrigações de suprimento de energia de Itaipu e Cachoeira Dourada – CDSA, por parte da Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do pagamento parcial dos créditos da Controlada com o Estado de Goiás, supridos por parte dos recursos obtidos na operação de crédito realizada pelo Governo de Goiás junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, da qual foi liberada em 29 de dezembro de 2011 a 1ª tranche, e 2ª tranche, de 16 de maio de 2012, conforme previsto no Protocolo de Intenções, assinado entre o Estado de Goiás e a Eletrobrás em 15 de dezembro de 2011.

10.2.f – Parcelamento de ICMS

Foi firmado um Termo de Acordo de Parcelamento de Débito de ICMS entre a Subsidiária Celg D e a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, o qual foi assinado em 29 de dezembro de 2011. O montante foi parcelado em três parcelas e será acrescido de juros de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês), e 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês) de atualização monetária.

A quitação parcial das obrigações tributárias de ICMS, por parte da Subsidiária Celg D, ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do recebimento parcial dos créditos da Subsidiária com o Estado de Goiás, supridos pela captação de operação de crédito realizada pelo Governo de Goiás junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA.

10.2.g – Taxas Regulamentares

- (a) QUOTA DE RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO – RGR / QUOTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC / CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE: Refere-se às quotas mensais e ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívidas celebradas entre a Celg D e a Eletrobras, o qual foi assinado em 29 de junho de 2012. O montante foi parcelado em 60 meses, com vencimento dia 30 de cada mês, sendo a primeira parcela vincenda em 30 de maio de 2014. O valor da parcela de amortização será calculado mediante a divisão do saldo devedor pelo número de prestações devidas, sendo o saldo devedor atualizado pro rata temporis pela variação da SELIC ao mês, pro rata die, os quais deverão ser pagos todo o dia 30 de cada mês, contados a partir de 30 de junho de 2012;
- (b) A quitação parcial da Taxa de Fiscalização e Cota de Consumo de Combustível – CCC ocorreu mediante o ingresso de recursos advindos do recebimento parcial dos créditos da Celg D com o Estado de Goiás, supridos pelos recursos do empréstimo do Governo junto a Caixa Econômica Federal – CAIXA, do qual foi liberada, em 29 de dezembro de 2011, a 1ª tranche prevista no Protocolo de Intenções, assinado entre o Governo de Goiás e a Eletrobras, em 15 de dezembro de 2011.

10.3 Outros Investimentos – Controlada Indireta Energética Corumbá III

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na

qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW.

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Corumbá III	CELG Geração e Transmissão S.A.	37,5%
	Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	12,5%
	Energy Power Ltda.	12,5%
	CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
TOTAL		100,0%

NOTA 11 – IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação e amortização acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, às taxas constantes na tabela anexa à Resolução ANEEL nº 2 de 24 de dezembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999, atualizada pela Resolução nº 240 de 5 de dezembro de 2006, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/12/2012				31/12/2011
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	26	10,00%	(10)	16	19
TOTAL	26		(10)	16	19

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	Saldos em 31/12/2011	Depreciação	Saldos em 31/12/2012
Imobilizado em Serviço	26	-	26
(-) Depreciação	(7)	(3)	(10)
Total do Custo	19	(3)	16

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	31/12/2012			31/12/2011	31/12/2011	
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
					REAPRESENTADO	APRESENTADO
Em serviço:						
Intangíveis	-	0,00%	-	-	-	9.542
Reservatórios, Barragens e adutoras	64.427	2,00%	(13.416)	51.011	52.013	52.013
Terrenos	11.742	0,00%	-	11.742	9.993	10.936
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	34.476	2,00%	(17.457)	17.019	18.918	25.064
Máquinas e Equipamentos	40.254	10,00%	(14.162)	26.092	27.568	54.400
Veículos	18	20,00%	(12)	6	9	149
Móveis e Utensílios	116	10,00%	(59)	57	66	2.928
Subtotal	151.033		(45.106)	105.927	108.567	155.032
Em curso:						
Intangíveis	-		-	-	-	1.333
Geração	8.834		-	8.834	8.825	8.825
Administração Central	594		-	594	34	34
Obrigações Especiais	(4)		-	(4)	(4)	(4)
Terrenos	-		-	-	-	5
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-		-	-	-	10.498
Máquinas e Equipamentos	-		-	-	-	25.152
Móveis e Utensílios	-		-	-	-	10
A Ratear	-		-	-	-	1.903
Adiantamento a Fornecedores	-		-	-	-	239
Subtotal	9.424		-	9.424	8.855	47.995
TOTAL	160.457		(45.106)	115.351	117.422	203.027

A conciliação do valor contábil no início e no final do exercício é abaixo demonstrada, sendo que os bens destinados a alienação encontram-se descritos na Nota Explicativa nº. 9:

a) O saldo reapresentado se refere à exclusão dos valores patrimoniais do imobilizado da Subsidiária Celg D, na data inicial de 31 de dezembro de 2011.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO					
	Saldos em 31/12/2011 REAPRESENTADO (a)	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2012
Imobilizado em Serviço	108.574	-	(194)	1.838	(5.029)	105.189
(-) Depreciação	(7)	-	-	-	(3)	(10)
Obrigações Especiais	(4)	-	-	-	-	(4)
Total em Serviço	108.563	-	(194)	1.838	(5.032)	105.175
Imobilizado em Curso	8.859	3.192	(37)	(1.838)	-	10.176
Total do Custo	117.422	3.192	(231)	-	(5.032)	115.351

a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador.

b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – as obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador. Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e distribuição.

Nos termos do item 79 do CPC 27 – Ativo Imobilizado, apresenta-se abaixo as seguintes divulgações:

- 1) Valor contábil do ativo imobilizado que esteja temporariamente ocioso: inexistem ativos imobilizados que estejam temporariamente ociosos;
- 2) Valor contábil bruto de qualquer ativo imobilizado totalmente depreciado que ainda esteja em operação: 2.537 mil, pertinente aos ativos imobilizados de geração da Controlada Celg GT;
- 3) Valor contábil de ativos imobilizados retirados de uso do ativo e não classificados como mantidos para venda: inexistentes;
- 4) Valor justo do ativo imobilizado, quando este for materialmente diferente do valor contábil apurado pelo método de custo: inexistente.

NOTA 12 – ATIVO INTANGÍVEL

No ativo intangível estão registrados os valores relativos à parcela que será realizada até o final da concessão, pertinentes às Atividades de Distribuição de Energia Elétrica (direito de uso da infra-estrutura), na data base de 31 de dezembro de 2011, onde se evidencia a posição consolidada à subsidiária Celg D, portanto, anterior ao acorde de acionistas de 24 de abril de 2012.

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2012 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

Abaixo é demonstrada a composição do ativo intangível, em pleno atendimento aos preceitos da ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011 REAPRESENTADO	31/12/2011 APRESENTADO
- Ativo Intangível (a)	6.135	6.118	658.257
TOTAL	6.135	6.118	658.257

(a) Observações quanto à reapresentação do saldo consolidado em 31/12/2011: Trata-se de reapresentação, para efeito de comparabilidade, do saldo reconhecido de valores referentes à Utilização do Bem Público das Concessões – UBP, a valor presente, conforme CPC 12, efetuado pela Controlada Indireta Energética Corumbá III S.A. Esta Reclassificação teve como contrapartida valor similar também reclassificado no Passivo Não Circulante Consolidado da Celgpar – Rubrica “Outros Credores” – NE 20.

Movimentação:

a) O saldo reapresentado se refere à exclusão dos valores patrimoniais do intangível da Subsidiária Celg D, na data inicial de 31 de dezembro de 2011.

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2011 REAPRESENTADO (a)	CONSOLIDADO		Saldos em 31/12/2012
		Adições	Amortização	
Intangível em Serviço	5.769	4	(247)	5.526
Obrigações Especiais	-	-	-	-
Total em Serviço	5.769	4	(247)	5.526
Intangível em Curso	349	260	-	609
Total do Custo	6.118	264	(247)	6.135

NOTA 13 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011 REAPRESENTADO	31/12/2011 APRESENTADO
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (a)	1.384.111	112.000	1.384.111	112.000	112.000
TOTAL	1.384.111	112.000	1.384.111	112.000	112.000

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725 mil, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000 mil, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da Subsidiária CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 mil também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ R\$ 1.270.111 mil, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Este valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Subsidiária Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nesta Subsidiária em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além deste montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 mil para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar.

NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Serão detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	31/12/2012			31/12/2011			31/12/2011		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
EM MOEDA NACIONAL					REAPRESENTADO		APRESENTADO		
Eletrobrás	-	-	-	-	-	-	40.383	57.248	12.681
Eletrobrás (b)	-	-	9.800	-	-	6.792	-	-	6.792
Bco Brasil-Lei 8727/96	-	-	-	-	-	-	20	1.544	2.193
Banco Mercantil do Brasil S/A	-	-	-	-	-	-	761	2.560	1.856
Banco Industrial e Comercial S/A	-	-	-	-	-	-	24.670	51.534	41.096
Banco Pine S/A	-	-	-	-	-	-	140	10.625	2.222
Banco Máxima S/A	-	-	-	-	-	-	40.630	22.599	53.172
Banco BMG S/A	-	-	-	-	-	-	437	16.764	15.558
Banco Daycoval S/A	-	-	-	-	-	-	2.968	10.616	6.945
Banco do Brasil S/A	-	-	-	-	-	-	13	4.561	-
Banco Itaú S/A	-	-	-	-	-	-	834	2.500	-
Banco Rural S/A	-	-	-	-	-	-	2.138	5.000	-
Lemon Bank – Banco Múltiplo S/A	-	-	-	-	-	-	5.172	2.101	5.251
Banco Sofisa S/A	-	-	-	-	-	-	96	7.394	11.706
Banco Tricuri S/A	-	-	-	-	-	-	19	2.340	1.366
Banco Prosper S/A	-	-	-	-	-	-	31.763	13.033	1.052
Banco Panamericano S/A	-	-	-	-	-	-	2.654	8.992	6.094
Banco Intercep S/A	-	-	-	-	-	-	12	1.590	-
BNDES (c)	-	2.744	25.993	-	2.776	28.659	-	2.776	28.659
CELGMED	-	-	-	-	-	-	3	1.085	1.938
Elettra (a)	-	833	5.482	-	775	5.874	5.801	26.810	140.259
Outras Instituições	-	-	-	-	-	-	-	-	4.885
Total em Moeda Nacional	-	3.577	41.275	-	3.551	41.325	158.514	251.672	343.725

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO								
	31/12/2012			31/12/2011			31/12/2011		
	ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL		ENCARGOS	PRINCIPAL	
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
EM MOEDA ESTRANGEIRA									
Credit	-	-	-	-	-	-	1	29	18
O.E.C.F	-	-	-	-	-	-	886	16.411	65.644
Total em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	887	16.440	65.662
TOTAL GERAL	-	3.577	41.275	-	3.551	41.325	159.401	268.112	409.387

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- ELETRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobrás e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$15.551 mil, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;
- BNDES – trata-se do percentual de participação na operação de crédito realizada pela Controlada em Conjunto da Controlada Celg GT, Energética Corumbá III, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- Os contratos de empréstimos e financiamentos bancários são garantidos por itens como:
 - Alienação Fiduciária de Direitos Creditórios;
 - Aplicações Financeiras;
 - Borderô Eletrônico;
 - Notas Promissórias;
 - Garantias Pessoais (Avalista/Fiador/Fiel Depositário/Devedor Solidário).

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 31/12/2012					CONSOLIDADO - 31/12/2011 - REAPRESENTADO				
INDEXADOR	Empréstimos bancários	Eletrobrás	Eletra	Total	INDEXADOR	Empréstimos bancários	Eletrobrás	Eletra	Total
SEM INDEXADOR	-	9.800	-	9.800	SEM INDEXADOR	-	6.792	-	6.792
TJLP	28.737	-	-	28.737	TJLP	31.435	-	-	31.435
INPC	-	-	6.315	6.315	INPC	-	-	6.649	6.649
Total	28.737	9.800	6.315	44.852	Total	31.435	6.792	6.649	44.876

CONSOLIDADO - 31/12/2011 - APRESENTADO						
INDEXADOR	Empréstimos bancários	Eletrobrás	Lei 8.727/93	Celgmed	Eletra	Total
CDI	370.032	-	-	-	-	370.032
IPCA	43.472	-	-	-	-	43.472
IGP-M	7.329	-	3.707	-	-	11.036
SEM INDEXADOR	4.885	6.792	-	-	-	11.677
UFIR	-	110.312	-	-	-	110.312
FAT	-	-	52	-	-	52
TJLP	31.435	-	-	-	-	31.435
INPC	-	-	-	1.937	173.958	175.895
Total	457.153	117.104	3.759	1.937	173.958	753.911

O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, desdobra-se por tipo de moeda, da seguinte forma:

CONSOLIDADO									
31/12/2012				31/12/2011			31/12/2011		
				REAPRESENTADO			APRESENTADO		
MOEDA	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil	TAXA	MOEDA/ MIL	R\$mil
EURO	-	-	-	-	-	-	2,434200	19	47
Y	-	-	-	-	-	-	0,024310	3.412.526	82.942
TOTAL			-			-			82.989

A variação de câmbio das moedas está a seguir demonstrada:

MOEDA	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
	%	%	%
EURO	-	-	9,2500
Y	-	-	18,5900

Os valores de pagamentos futuros, apresentados no Passivo Não Circulante, estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/12/2012					
Ano	Empréstimos bancários	Lei 8.727/93	Eletra	Eletrobrás/ Outras Instituições	Total
2013	2.423	-	735	9.800	12.958
2014	2.422	-	734	-	3.156
2015	2.422	-	734	-	3.156
2016	2.422	-	734	-	3.156
2017	2.422	-	734	-	3.156
2018	2.422	-	734	-	3.156
2019	2.422	-	734	-	3.156
2020	2.422	-	343	-	2.765
2021	2.422	-	-	-	2.422
2022	2.422	-	-	-	2.422
2023	1.772	-	-	-	1.772
Total	25.993	-	5.482	9.800	41.275

NOTA 15 – FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica				REAPRESENTADO	APRESENTADO	
- Furnas	-	-	-	-	118.961	20.245
- Eletrobras - suprimento ITAIPU	-	-	-	-	954.305	-
- CDSA	-	-	-	-	119.000	-
- CHESF/CESP/Eletronorte	-	-	-	-	28.100	-
- Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-	-	-	-	32.536	-
- Outros	-	-	567	496	37.862	-
TOTAL	-	-	567	496	1.290.764	20.245
Fornecedores de energia elétrica - CCEE	-	-	-	-	13.699	-
TOTAL	-	-	567	496	1.304.463	20.245
Materiais e Serviços	2	-	208	174	125.076	-
TOTAL	2	-	775	670	1.429.539	20.245

NOTA 16 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011		
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
				REAPRESENTADO	APRESENTADO		
ICMS	-	-	314	37	80.123	-	
PARCELAMENTO DE ICMS	-	-	-	-	413.685	385.855	
INSS	53	11	64	248	5.041	-	
PIS	-	-	7	91	4.224	-	
COFINS	-	-	32	419	16.489	-	
IMPOSTO DE RENDA (a)	31	-	269	68	77.805	-	
CONTRIBUICAO SOCIAL (a)	18	-	128	42	29.066	-	
IRRF	-	1	53	9	9	-	
REFIS/ PAES/PAEX	-	-	-	-	5.461	31.067	
ISS	-	-	62	24	10.820	-	
OUTROS	-	-	1.062	114	10.210	-	
TOTAL	102	12	1.991	1.052	652.933	416.922	

(a) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Referem-se a valores apurados pela Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em razão da realização de receitas diferidas do ano de 2012 decorrentes da venda da folha de pagamento da mesma para a Caixa Econômica Federal - CAIXA.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	
	2012	2011	2011	Apropriação
		RECLASSIFICADO (a) REAPRESENTADO	APRESENTADO	
Imposto de Renda s/ Receitas Diferidas (a)	-	-	12.832	12.832
Contribuição Social s/ Receitas Diferidas (a)	-	-	4.620	4.620
Folha de Pagamento (a)	1.519	1.295	31.022	31.022
TOTAL CIRCULANTE	1.519	1.295	48.474	48.474
IR s/ Reavaliação	-	-	170.220	(183.554)
CSSL- s/ Reavaliação	-	-	61.279	(66.079)
Total CSLL/IR	-	-	231.499	(249.633)
Folha de Pagamento (a)	-	-	1.295	(29.372)
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	232.794	(279.005)
TOTAL	1.519	1.295	281.268	(230.531)

- a- Refere-se às estimativas das obrigações referentes a férias e encargos devidas aos empregados.

NOTA 18 – TAXAS REGULAMENTARES

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
		REAPRESENTADO	APRESENTADO	
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	26	23	451	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	-	139	102.271	84.309
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	401	756	88.364	339.958
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	84	94	94	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	586	535	580.763	158.327
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	1.322	1.024	80.664	-
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	82.796	-
Programa de Inc. Fontes Alternativas - Proinfa	-	-	203.920	-
TOTAL	2.419	2.571	1.139.323	582.594

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

NOTA 19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA						
	31/12/2012				31/12/2011		
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO		
	No Exercício		Provisão	Depósitos	No Exercício		Provisão
	Baixa	REF.	Provisão	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão
NAO CIRCULANTE							
Outros valores contingenciados	30	B.2	149	203	-	-	84
Total Cíveis	30		149	203	-	-	84
TOTAL - NAO CIRCULANTE	30		149	203	-	-	84

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO												
	31/12/2012					31/12/2011					31/12/2011		
	VALOR DA PROVISÃO				Depósitos Judiciais	VALOR DA PROVISÃO				Depósitos Judiciais	VALOR DA PROVISÃO		
	No Exercício		Provisão Acumulada	No Exercício		Provisão Acumulada	No Exercício		Provisão Acumulada		Depósitos Judiciais		
	Baixa	REF.		Baixa			Provisão	Baixa				Provisão	
REAPRESENTADO													
NAO CIRCULANTE													
Trabalhistas	-	B.1	239	389	-	-	-	150	46	6.448	15.615	28.311	12.188
Diversos	-		239	389	-	-	-	150	46	6.448	15.615	28.311	12.188
Total Trabalhistas	-				-	-	-						
Cíveis													
Ações ordinárias de cobrança	-	B.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores contingenciados	30	B.2	149	203	-	-	-	84	6	16.739	18.387	58.277	25.057
Total Cíveis	30		149	203	-	-	-	84	6	16.739	18.387	58.277	25.057
Total Trabalhistas + Cíveis	30		388	592	-	-	-	234	52	23.187	34.002	86.588	37.245
Fiscais													
Notificações Fiscais - INSS	-	B.3	-	-	-	-	-	-	-	853	-	1.747	-
Nulidade de Convênio do ICMS - Prefeituras	-	B.3	-	-	-	-	-	-	-	33.441	-	168.336	107
Autos de Infração-SEFAZ-GO	-	B.3	-	-	-	-	-	-	-	17.757	12.520	30.326	-
Autos de Infração-AGR/ANEEL	-	B.3	-	-	-	-	-	-	-	26.687	13.442	60.685	-
Outros valores contingenciados	-	B.3	-	-	-	-	-	-	-	8.143	28.833	25.499	107
Total Fiscais	-		-	-	-	-	-	-	-	86.881	54.795	286.593	-
TOTAL - NAO CIRCULANTE	30		388	592	-	-	-	234	52	110.068	88.797	373.181	37.352

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se no Pronunciamento Técnico CPC 25 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de caráter administrativo, fundamentados em sua totalidade por autuações e prováveis autuações da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, decorrentes dos atrasos nos envios de informações econômico-financeiras de períodos anteriores.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$389 mil.

Os processos cuja probabilidade de perda é possível encontram-se abaixo relacionados:

					DEZEMBRO-2012	
SETOR	VARA	NATUREZA	NÚMERO DO PROCESSO	AUTOR/RÉU	VALOR DADO À CAUSA	POSSIBILIDADE DE PERDA: PROVÁVEL POSSÍVEL REMOTA
PR-PRGE	3ª VT GOIÂNIA	TRABALHISTA	RTORD 0001605-63.2011.5.18.003	DJALMA FRANCISCO DE AQUINO FILHO	87	POSSÍVEL
PR-PRGE	VT DE ITUMBIARA	TRABALHISTA	RTORD 0001597-56.2011.5.18.0013	JASPE FERREIRA DA SILVA	138	POSSÍVEL
PR-PRGE	4ª VT DE GOIÂNIA	TRABALHISTA	RTORD 0001418-52.2011.5.18.0004	JOSÉ BATISTA DE SOUZA NETO	133	POSSÍVEL
					358	

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

NOTA 20 – OUTROS CREDORES

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				#	CONSOLIDADO			
	31/12/2012		31/12/2011			31/12/2012		31/12/2011	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
								REAPRESENTADO	
Secretaria de Estado da Fazenda	-	-	-	-	-	-	-	2.869	-
Convênio ICMS-Estado/Prefeituras/Celg	-	-	-	-	-	-	-	51.946	-
Contribuição Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	-	83.871	-
Recursos Destinados a Obras de Terceiros	-	-	-	-	-	-	-	4.797	-
Caixa Econômica Federal (a)	1.720	5.160	-	-	1.720	5.160	-	-	-
Outros - inclui Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	243	5.411	214	5.636
TOTAL	1.720	5.160	-	-	-	1.963	10.571	214	5.636
								155.684	9.268

- a- Refere-se a recursos recebidos pela Controladora junto à Caixa Econômica Federal – CEF, decorrentes do contrato de prestação de serviços financeiros de centralização de créditos provenientes da folha de pagamento da Celgpar, sua controlada e subsidiária.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/12/2012	NO	31/12/2011
		EXERCÍCIO	
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(2.330.029)	-	(2.330.029)
(+/-) Resultado do Exercício	(797.324)	(797.324)	-
Total do Patrimônio Líquido	(2.153.589)	(797.324)	(1.356.265)
Outros Resultados Abrangentes	34.450	34.450	-
Total do Patrimônio Líquido	(2.119.139)	(762.874)	(1.356.265)

- (a) As 32.774 mil ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;
- (b) A movimentação ocorrida decorre de resultado abrangente no período vinculada a aumento de capital na Subsidiária Celg D, conforme aprovação na 209ª AGE da Subsidiária, integralizado em 24 de janeiro de 2012 com Recursos Destinados a Aumento de Capital reconhecidos nesta, conjuntamente ao reconhecimento de Ajuste de Exercício Anterior – Ver Nota Explicativa 10.1-b, onde o valor correspondente foi levado diretamente a prejuízos acumulados para efeito de comparabilidade entre os dois exercícios;
- (c) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento detido por Estado de Goiás no capital social da então

Companhia Energética de Goiás, atual subsidiária integral Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na controlada, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado da Celg D, que montava em R\$ 987.296 mil, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770 mil.

O valor patrimonial deste investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770 mil, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia.

NOTA 22 – RECEITA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SUPRIMENTO DE CURTO PRAZO, RECEITAS DE CONSTRUÇÃO, OUTRAS RECEITAS E DEDUÇÕES DA RECEITA

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Receita de Fornecimento de Energia (22.1)	-	-	3.501.275
Suprimento (22.1)	22.201	20.908	29.896
Receita de Construção (22.2) (22.3)	10.094	7.670	142.062
Outras Receitas (22.3)	55.298	54.330	128.832
(-) Deduções da Receita (22.4)	(16.385)	(17.950)	(1.590.600)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	71.208	64.958	2.211.465

22.1 A composição da receita de fornecimento de energia e suprimento de curto prazo, por classe, é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO								
	Nº DE CONSUMIDORES			MWH			R\$ml		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
	REAPRESENTADO			REAPRESENTADO			REAPRESENTADO		
Residencial	-	-	1.992.297	-	-	3.467.196	-	-	1.477.109
Industrial	-	-	10.936	-	-	2.101.904	-	-	670.031
Com.Serv.Outras Ativ.	-	-	217.971	-	-	1.960.119	-	-	758.886
Rural	-	-	166.491	-	-	1.127.445	-	-	257.764
Poderes Públicos	-	-	16.308	-	-	357.026	-	-	127.207
Iluminação Pública	-	-	617	-	-	512.810	-	-	118.080
Serviço Público	-	-	2.038	-	-	340.632	-	-	91.643
Consumo Próprio	-	-	286	-	-	6.842	-	-	555
Total Fornecimento	-	-	2.406.944	-	-	9.873.974	-	-	3.501.275
Suprimento	-	-	2	139.883	107.805	84.813	22.201	20.908	29.896
TOTAL GERAL	-	-	2.406.946	139.883	107.805	9.958.787	22.201	20.908	3.531.171

22.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT e subsidiária Celg D. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de distribuição, geração e transmissão de energia

elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 10.094 mil e R\$ 7.670 mil respectivamente.

22.3 Outras Receitas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	R\$mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Subvenção Baixa Renda Lei nº. 10.604/02	-	-	31.733
Serviços Taxados	-	-	34.118
Arrendamentos e Aluguéis	148	119	23.714
Renda de Prestação de Serviços	-	-	1.827
Serviços de Operação e Manutenção (a)	40.600	41.323	23.784
Serviços de Construção (b)	10.094	7.670	142.062
Financeira da Concessão	11.909	12.121	12.121
Outras (inclui CCEE)	2.641	767	1.535
TOTAL	65.392	62.000	270.894

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão;

(b) Receita auferida pelo cálculo de juros da taxa interna de retorno do projeto sobre o saldo dos ativos financeiros recebíveis da concessão de transmissão de energia elétrica.

22.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO
ICMS	-	-	967.538
PIS	1.450	1.126	60.564
COFINS	5.012	5.186	278.961
ISS	-	-	574
Quota para reserva global de reversão	1.273	1.668	18.180
Programa de eficiência energética	-	-	8.753
Quota de consumo de combustível	3.263	4.832	140.349
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	514	494	9.247
Conta de desenvolvimento energético	3.187	3.149	104.939
Outros encargos	1.686	1.495	1.495
TOTAL	16.385	17.950	1.590.600

NOTA 23 – ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

A composição da energia comprada para revenda é a seguinte:

FORNECEDOR	CONSOLIDADO					
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2011	
	MWh	R\$mil	MWh	R\$mil	MWh	R\$mil
			REAPRESENTADO		APRESENTADO	
ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	-	-	-	-	11.499.410	1.080.295
Programa Incentivo às Fontes de Energia Alternativas-PROINFA	-	-	-	-	246.502	40.802
Créditos - LEI 10.833	-	-	-	-	-	(105.245)
	-	-	-	-	11.745.912	1.015.852
Comercialização no âmbito CCEE	-	-	-	-	55.924	64.753
TOTAL DE ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA	-	-	-	-	11.801.836	1.080.605

NOTA 24 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS			
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS		TOTAL	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal e Administradores	533	426	533	426
Material	-	3	-	3
Serviços de Terceiros	665	993	665	993
Depreciação	3	3	3	3
Provisão para Contingência	148	(289)	148	(289)
Tributos	85	77	85	77
Outras	84	59	84	59
TOTAL	1.518	1.272	1.518	1.272

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO											
	CUSTO DO SERVIÇO						DESPESAS					
	ENERGIA ELÉTRICA			OPERAÇÃO			GERAIS E ADMINISTRATIVAS			TOTAL		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
		REAPRESENTADO	APRESENTADO		REAPRESENTADO	APRESENTADO		REAPRESENTADO	APRESENTADO		REAPRESENTADO	APRESENTADO
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	1.080.605	121	370	370	-	-	-	121	370	1.080.975
Encargos Uso Sist. Transmissão Distribuição	-	-	175.247	-	-	-	-	-	-	-	-	175.247
Pessoal e Administradores	-	-	-	10.416	7.391	150.424	8.566	7.114	163.446	18.982	14.505	313.870
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	199	202	2.662	329	252	8.506	528	454	11.168
Material	-	-	-	171	418	3.674	101	52	4.893	272	470	8.567
Serviços de Terceiros	-	-	-	4.277	3.818	268.637	1.662	1.834	66.198	5.939	5.652	334.835
Depreciação	-	-	-	4.977	5.004	114.026	55	70	10.492	5.032	5.074	124.518
Amortização - Ativo Financeiro	-	-	-	13.406	14.957	-	-	-	-	13.406	14.957	-
Amortização - Ativo Intangível	-	-	-	-	-	-	22	-	-	22	-	-
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	-	-	-	82	(146)	40.463	-	-	-	82	(146)	40.463
Provisão para Contingência	-	-	-	-	-	-	390	(289)	45.952	390	(289)	45.952
Taxa Fiscalização	-	-	-	283	265	5.259	-	-	-	283	265	5.259
Tributos	-	-	-	33	49	1.081	286	201	201	319	250	1.282
Recuperação de Custos/Despesas	-	-	-	(7)	-	(7.975)	(65)	(26)	(5.093)	(72)	(26)	(13.068)
Custos de Construção	-	-	-	10.094	7.670	142.062	-	-	-	10.094	7.670	142.062
Utilização do Bem Público	-	-	-	266	255	-	-	-	-	266	255	-
Comp. Financeira Utilização de Rec. Hídricos	-	-	-	525	554	554	-	-	-	525	554	554
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	360	360	-	-	-	-	360	360	-
Outras	-	-	-	271	289	15.778	212	998	23.617	483	1.287	39.395
TOTAL	-	-	1.255.852	45.474	41.456	737.015	11.558	10.206	318.212	57.032	51.662	2.311.079

NOTA 25 – SEGUROS

A Companhia, sua Controlada e sua Subsidiária, em 31 de dezembro de 2012, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações.

NOTA 26 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

NOTA 27 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar, sua Controlada e Subsidiária observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram R\$26 mil e R\$2 mil, respectivamente. Aos membros de diretoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$28 mil e R\$24 mil, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada e Subsidiária.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			TOTAL
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	
Número de Membros	9	4	3	16
Remuneração Fixa Anual	216	96	-	312
Salário ou pró-labore	216	96	-	312
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	216	96	-	312

n/a = não aplicável

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela Subsidiária Celg Distribuição - Celg D e Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	4	3
Valor da maior remuneração individual	2	2	-
Valor da menor remuneração individual	2	2	-
Valor médio da remuneração individual	2	2	-

n/a = não aplicável

(1) Os membros da diretoria foram remunerados pela Subsidiária Celg Distribuição - Celg D e Controlada Celg Geração e Transmissão - Celg GT, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

NOTA 28 – RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011	01/01/2012 - 31/12/2012	01/01/2011 - 31/12/2011	01/01/2011 - 31/12/2011
Receitas				REAPRESENTADO	APRESENTADO
Variações Cambiais	-	-	-	-	185.857
Variações Monetárias	-	-	160	606	13.459
Atualização do Contas a Receber-Fornecimento	-	-	-	-	8.988
Atualização do Contas a Receber-Estado de Goiás	-	-	-	-	231.947
Rendas	8	13	3.392	2.728	55.663
Outras	-	-	15	513	79.487
Total das Receitas	8	13	3.567	3.847	575.401
Despesas					
Variações Cambiais	-	-	-	-	336.534
Variações Monetárias	6	66	5.394	4.575	70.123
Encargos de Dívidas	11	524	11.841	12.473	224.981
Encargos s/ Empréstimos Bancários - Circulante	-	-	-	-	139.939
Encargo s/ Dívida Eletrobrás	-	-	-	-	94.473
Encargo s/ Dívida Furnas - Não Circulante	-	-	-	-	29.649
Outras			909	1.311	115.004
Total das Despesas	17	590	18.144	18.359	1.010.703
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	(9)	(577)	(14.577)	(14.512)	(435.302)

NOTA 29 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	(797.324)	(662.286)
Total	(797.324)	(662.286)
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Prejuízo Básico e Diluído por Ação Ordinária	(24,328)	(20,208)

NOTA 30 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas Controladas efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D compreendem, principalmente, o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 *Risco de taxa de câmbio:*

Esse risco decorre da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra tal risco. Porém, a Controlada monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

a.2 *Risco de variação cambial na compra de energia de ITAIPU:*

A Subsidiária está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

a.3 *Risco de taxa de juros:*

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos

vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.4 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Subsidiária vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A Administração da Subsidiária analisa continuamente as situações em aberto, e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

a.5 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Subsidiária. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios e quantidade de chuva já registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), não prevê um novo programa de racionamento.

b. Valorização dos instrumentos financeiros

A Subsidiária mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando à melhoria de sua liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma, a empresa possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas em relação ao praticado no mercado.

NOTA 31 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais operações realizadas com a Subsidiária Celg Distribuição S.A. - Celg D e a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Ativo Circulante				REAPRESENTADO	APRESENTADO
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (3)	-	-	6.708	4.313	-
TOTAL:	-	-	6.708	4.313	-
Passivo Circulante					
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (1) (3)	693	661	39.366	41.948	-
Energética Corumbá III (2)	-	-	4.887	4.392	4.392
TOTAL:	693	661	44.253	46.340	4.392
Passivo Não Circulante					
Celg Distribuição S.A.-Celg D e Celg Geração e Transmissão S.A.-Celg GT (4)	-	-	53.925	45.939	-
TOTAL:	-	-	53.925	45.939	-

(1) Valores a receber e a pagar referentes ao processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(2) Refere-se à participação de 37,5% nas dívidas com pessoas ligadas à Energética Corumbá III controlada em conjunto pela Controlada Celg GT;

(3) Refere-se a transações entre as Controladas Celg D e Celg GT, decorrentes da utilização da rede básica e valores decorrentes do processo de desverticalização da Companhia Energética de Goiás;

(4) Valor referente à transferência, pela Celg D, de ativos da SE Carajás para a Celg GT.

NOTA 32 – PLANO DE APOSENTADORIA

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20%

dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFÍCIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICA	Total
Quantidade	1
Idade Média Atual	71,50
Tempo Médio de Empresa	16,25
Salário de Participação Médio	R\$ 2.677,59

d) Premissas Atuariais

As premissas utilizadas para avaliação atuarial tomaram por base os critérios estabelecidos na Deliberação CVM Nº. 600/2009, conforme determinação do item 49.c do pronunciamento anexo à mesma, tendo sido aplicado o Método PUC para a obtenção do Valor Presente da Obrigação Atuarial, executadas por atuário especializado. As premissas são as seguintes:

d1) Premissas Financeiras

PREMISSAS FINANCEIRAS	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Juros de desconto real atuarial anual	5,50% a.a.	5,75% a.a.
Projeção de aumentos salariais médios anual	2,65% a.a.	4,67% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios médio anual (INPC)	5,84% a.a.	6,08% a.a.
Taxa de inflação média anual	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	10,25% a.a.	12,18% a.a.

d2) Premissas Demográficas

PREMISSAS DEMOGRÁFICAS	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Rotatividade	3,53%	3,16%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 MALE	AT-2000 MALE
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT-2000 MALE	AT-2000 MALE
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	MI - 85	AT-49 MALE
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de morbidez	N/A	N/A
Idade de Aposentadoria	Conforme regulamento do plano	Conforme regulamento do plano
Participantes/Aposentados	Família Média - Informações da Entidade	Família Média - Informações da Entidade

d3) Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novas Entradas: Não Aplicada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: Família Média Calculada com Base em Informações da entidade.
- Os salários, benefícios e demais variáveis financeiras (tetos, pisos e UME) foram reajustados pelo INPC entre a data do cadastro e 31 de dezembro de 2012.

e) Custo do Patrocinador

No exercício de 2012, o montante de contribuições da Celgpar para a Eletra foi de R\$5 mil.

f) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias

f1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

f2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado pela GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS, com base no CPC 33 apurou-se um Déficit Atuarial no Plano BD no montante de R\$2 mil, cujo déficit, em sua origem, encontra-se suportado pelos Contratos de Confissão de Dívidas entre a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, a Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D e a Eletra, mencionado na Nota 14-a.

NOTA 33 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a. Fato relevante - Acordo Governo do Estado de Goiás e Eletrobras

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória nº 559, de 2 de março de 2012, autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Subsidiária pela Eletrobras encontram-se em andamento, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da Celg D, de propriedade da Celgpar, para a Eletrobras.

b. Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica

Com a edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, regulamentada pelo Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A Subsidiária Celg D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia

Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica.

As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, de maneira específica, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. A Medida Provisória nº 579/2012 foi convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Por intermédio da Lei nº. 12.783/2013, o Governo Federal pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, § 5º, 19 e 22 da Lei nº. 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Desta forma, a Lei nº. 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, porém impondo, ao novo Contrato de Concessão a ser assinado, novas condições pré-estabelecidas pelo poder concedente.

c. Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto nº. 7.805, de 14 de setembro de 2012, com o objetivo de definir os critérios para a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendas no período de 2015 a 2017. A Medida Provisória nº 579/2012 foi convertida na Lei nº. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº. 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Sob este enfoque a Controlada Celg GT, até 15 de outubro de 2012, enviou correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, manifestando o interesse na prorrogação de seus contratos de concessão descritos na Nota Explicativa nº. 01.

A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única Companhia Celg de Participações – Celgpar, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012.

As premissas das prorrogações apontam que as tarifas de geração foram definidas em R\$ 129,12653 (cento e vinte e nove reais, e doze mil, seiscentos e cinquenta e três centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de São Domingos, e R\$ 204,08464 (duzentos e quatro reais, e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro centésimos de milésimos) por kW ano para a Usina Hidrelétrica de Rochedo, pela Portaria nº. 578, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Estado de Minas e Energia (“MME”) e do Ministério de Estado da Fazenda.

A Receita Anual Permitida – RAP para a concessão de transmissão foi ratificada em R\$ 16.468.803,68 (dezesesseis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e três reais e sessenta e oito centavos), pela Portaria nº. 579, de 31 de outubro de 2012, do MME.

Por intermédio da Portaria Interministerial nº. 580, de 1º de novembro de 2012, ficou estabelecido o valor da indenização das concessões de transmissão, sendo este fixado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), não tendo sido definida a indenização para a concessão da Usina Hidrelétrica de São Domingos, e inexistindo a indenização para Usina Hidrelétrica de Rochedo.

O MME apresentou deferimento aos requerimentos das prorrogações dos prazos das concessões de geração e transmissão, atribuindo o seguinte:

CONCESSÃO	VENCIMENTO COM A PRORROGAÇÃO
Usina Hidrelétrica de São Domingos	24 de maio de 2041
Usina Hidrelétrica de Rochedo	31 de dezembro de 2042
Concessão de Transmissão	31 de dezembro de 2042

A Administração da Controlada Celg GT, após uma criteriosa avaliação da nova metodologia de cálculo da receita, e de forma conjunta aos interesses do acionista majoritário, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial.

Com relação à concessão de Transmissão, optou-se pela renovação da mesma, tendo sido assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740.514,73 (noventa e oito milhões, setecentos e quarenta mil, quinhentos e quatorze reais e setenta e três centavos), vem sendo recebido parceladamente pela Celg GT, com vencimento em 7 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA e acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano.

Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações terem estipulado os desdobramentos acima, observa-se que a análise da Administração da Celg GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora Celgpar, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da Celg GT.

Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora Celgpar e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à Celg GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações, pela implementação de medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012.

d. Autorização de Emissão das Demonstrações financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas demonstrações financeiras são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2012, e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações.

Esta autorização é de competência da diretoria, tendo sido as demonstrações financeiras apreciadas em Reunião de Conselho Fiscal e Reunião do Conselho de Administração da Celgpar, realizada em 13 de junho de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Simão Cirineu Dias.

Membros: Simão Cirineu Dias, Ilie Issa El Chidiak, Giuseppe Vecchi, José Carlos Aleluia Costa, Petersonn Gomes Caparrosa Silva, Paulo Fernando Monteiro de Queiroz, Humberto Eustaquio Tavares Correa, José Fernando Navarrete Pena, Nion Albemaz.

CONSELHO FISCAL

Presidente: Enio Pascoal.

Membros: José Taveira Rocha, René Pompêo de Pina, Fernando Evelson Rodrigues Solano de Mendonça.

DIRETORIA

José Fernando Navarrete Pena
Diretor -Presidente
CPF: 303.118.701-63

Braulio Afonso Moraes
Diretor Vice-Presidente e de Relações com
Investidores
CPF: 062.965.101-20

Orion Andrade de Carvalho
Diretor de Gestão Corporativa
CPF: 189.252.271-34

Eduardo José dos Santos
Contador-CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91